

REFLEXÕES SOBRE A ESCOLHA DO MÉTODO E DAS METODOLOGIAS NA PESQUISA GEOGRÁFICA

Laudicéia Lourenço de Araújo¹
laudiceia.geografia@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem por objetivos discutir sobre a constituição da ciência geográfica, a utilização do materialismo histórico dialético e de metodologias na pesquisa qualitativa na ciência social, busca-se apresentar no transcorrer do texto os principais momentos que levaram a construção do conhecimento geográfico e as possibilidades de interpretar o cotidiano das trabalhadoras de empresas terceiras especializadas na limpeza predial. Utilizamos da leitura de livros teóricos e artigos científicos que abordam a temática e desta maneira pretende-se demonstrar de maneira geral sobre a ciência geográfica e a pesquisa qualitativa com o foco na relação de trabalho e gênero.

Palavras-chave: Geografia. Método. Metodologias.

REFLEXIONES SOBRE LA ELECCIÓN DEL MÉTODO Y METODOLOGÍAS EN BÚSQUEDA GEOGRÁFICA

Resumen: Este artículo tiene como objetivo discutir el establecimiento de la ciencia geográfica y el uso del materialismo dialéctico histórico y metodologías de investigación cualitativa en las ciencias sociales, busca presentar el curso del texto los momentos clave que llevaron a la construcción del conocimiento geográfico y las posibilidades de interpretación de la vida cotidiana de los trabajadores de terceras empresas especializadas en la limpieza. Utilizamos la lectura de libros y artículos científicos teóricos que abordan el tema y por lo tanto tiene la intención de demostrar, en general, acerca de la ciencia geográfica y la investigación cualitativa con enfoque en la relación de trabajo y el género.

Palabras clave: Geografía. Método. Metodologías.

1 Introdução

No intuito de apresentar os processos que conduziram a formulação da Geografia em ciência social, diante de uma discussão introdutória a partir da construção histórica de seus paradigmas e conceitos. Parto da intenção de expor reflexões sobre o uso do materialismo histórico dialético em pesquisas qualitativas na ciência social, em especial na Geografia. Este texto faz parte do processo avaliativo da disciplina Teoria e Método e em virtude de sua complexidade na construção de um conhecimento científico não é possível aqui aprofundar nas questões expostas.

Nosso interesse pela elaboração deste texto vem da necessidade de justificar a escolha do método e de metodologias para a pesquisa qualitativa na ciência social, pois estamos em fase de fechamento das ideias centrais de nosso pré-projeto de pesquisa a ser desenvolvido no mestrado em Geografia. Sabe-se que a escolha de um método na interpretação de um fenômeno social é uma escolha política, logo o materialismo histórico dialético nos possibilita a compreensão das relações sociais por meio de suas categorias de análise.

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Geografia na Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão.

O texto está organizado em dois tópicos, inicialmente buscaremos dar ênfase nos momentos que fundamentaram a construção da ciência geográfica até a atualidade, por meio de uma reflexão geral, sabemos da complexidade existente no desenvolvimento da epistemologia e da ontologia da Geografia que historicamente está definida como ciência.

No segundo tópico abordaremos a relevância da escolha do materialismo histórico dialético e das metodologias na pesquisa qualitativa a fim de atender os objetivos na pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Geografia na Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão (UFG – RC). Sabemos da existência de outros métodos de análise na pesquisa social, no entanto damos ênfase ao marxismo que trouxe para a Geografia inúmeras contribuições de interpretação da realidade.

Busca-se uma interpretação para a relação trabalho e gênero dentro das empresas terceiras que prestam serviços na área de limpeza predial e conservação do ambiente de trabalho de outros/as trabalhadores/as na cidade de Catalão (GO). Neste intuito utilizou-se de metodologias qualitativas que a nosso ver é o melhor procedimento para observar e analisar o cotidiano das trabalhadoras que vivenciam no dia-a-dia as amarras do sistema capitalista.

A priori trataremos da construção da ciência geografia e posteriormente o uso do materialismo histórico dialético e de algumas metodologias na pesquisa qualitativa na ciência social mantendo os aspectos de nossa pesquisa com as trabalhadoras e trabalhadores de uma empresa terceira responsável pela limpeza predial da (UFG – RC).

2 Alguns apontamentos para a construção da ciência geográfica

Desde os primórdios o Homem apropria-se da Natureza para atender suas necessidades de sobrevivência, aspectos que fundamentaram a História da Humanidade no processo de ocupação do espaço, neste sentido o espaço é produzido por meio do trabalho em um processo histórico e palco das relações sociais. Deve-se conceber o espaço e os fenômenos sociais a partir da compreensão crítica do real, uma análise que não só contempla o problema, mas as causa e aponta as possíveis soluções.

A relação Homem-Natureza é mediada pelo uso de técnicas e do conhecimento transmitido de geração em geração, possibilitando a sobrevivência da espécie, diferencia-se dos demais seres vivos por questionar os fenômenos que ocorrem ao seu redor e por buscar explicações na sua consciência. Esse grande diferenciador do Homem com os demais animais o torna um Ser pensante e por meio do trabalho, enquanto trabalhador/a produz o espaço, demarcando os territórios, delimitando seus lugares e observando as paisagens, diante de uma

relação metabólica com a Natureza e do conhecimento que os seres humanos buscam a explicação e compreensão da realidade, usando de variados recursos.

Os fenômenos apresentados na realidade podem ser explicados por quatro diferentes tipos de conhecimentos, o primeiro é o conhecimento popular, é aquele a partir das vivências cotidianas, fruto das experiências, passado de geração em geração; segundo o conhecimento teológico compreendido por meio da revelação divina, prevalece é a vontade de Deus, os fenômenos são de origem divina e não podem ser questionados; terceiro é o conhecimento no campo das ideias que permite a compreensão da realidade no contexto universal, as relações perceptíveis não correspondem à realidade material; por último o conhecimento científico que consiste no resultado das investigações científica, por meio de métodos e de técnicas (RODRIGUES, 2008).

A nosso ver a construção do conhecimento geográfico perpassou por três grandes momentos, inicialmente houve o momento da denominada Geografia Pré-científica que nasce no período da Antiguidade e estende-se até o século XVIII, a característica central é o saber totalizante por meio de uma descrição, registro cartográfico dos territórios, da realidade vivenciada dos povos e a falta de uma sistematização.

Informações coletadas pelos geógrafos foram divulgadas em mapas, desenhos e relatórios, os quais serviam para comerciantes que viajam por territórios “desconhecidos” vendendo suas mercadorias ou comprando matérias-primas e principalmente pelo Estado, o financiador das expedições, cujo objetivo era a conquista de novos territórios e conseqüentemente explorar as riquezas naturais, sendo preciso conhecer o território para povoar e explorar, seja as matérias-primas ou a mão-de-obra.

Um pouco mais a frente, na Idade Média, o conhecimento geográfico sofre influências da Igreja Católica, levando a uma interpretação da realidade sob as lentes dos ensinamentos bíblicos, o mundo e todos os fenômenos foram criados e pensados por Deus, cujas ações também eram mediadas pelas forças divinas.

Para Rodrigues (2008), o conhecimento geográfico neste período de domínio total da Igreja Católica sofreu descontinuidade em a relação ao período da Antiguidade motivado pelas guerras, pelos constantes conflitos territoriais e com a queda do Império Romano, diante do imobilismo da população, a desarticulação do comércio e das viagens de expedição. Há também o surgimento do modo de produção feudal e o domínio da Igreja sob o conhecimento produzido, somente no final da Idade Média que se inicia uma nova fase para a ciência, especialmente para a Geografia.

No Renascimento o conhecimento geográfico fundamenta-se na cosmologia, o mundo e os fenômenos são interpretados por um sistema matemático-mecânico, representando a passagem da Idade Média para a Idade Moderna, estabelecendo um diálogo com a burguesia, diante de um novo conjunto de temas e interesses aos meios científicos e culturais daquela época.

Houve no século XVIII um grande marco para a sociedade, por volta de 1780 a Revolução Industrial junto com a ascensão da burguesia, constitui-se em um divisor de águas na História da humanidade, em quase todos os aspectos da vida cotidiana da sociedade ocorreram mudanças, novos processos de produção, passando da manufatura para a produção por máquinas movidas a energia a vapor ou a carvão com o biocombustível, a produção de ferro e de produtos químicos.

Neste contexto o fazer geográfico incorpora as necessidades da nova economia aliada à localização precisa, possibilitando as condições necessárias para o movimento de expansão da indústria moderna por meio da organização espacial, favorecendo assim, as prioridades do mercado cada dia mais competitivo, a exploração de matérias-primas e do mercado de consumo para outros territórios.

Para o geógrafo Moreira (2011) a Geografia nesta fase da história transforma-se na ciência dos grandes espaços e o geógrafo é o especialista na teoria e prática das localizações precisas, mantendo este perfil até as primeiras décadas do século XX, quando assume um caráter de ciência, momento de uma nova duplicação na geografia; de um lado está à geografia da civilização e de outro a geografia dos grandes arranjos.

Rodrigues (2008) defende que a Geografia é uma ciência social e seu conhecimento é um dos mais antigos que conhecemos, estuda os fenômenos naturais (clima, rios, vegetação, solo etc.) e sociais (cidade, transporte, indústria, população etc.). Ao estudar esse conjunto de fenômenos promoveu muita discussão sobre o objeto de estudo da ciência geográfica, o que proporcionou uma divisão em: Geografia Física e Geografia Humana, atualmente busca-se superar essa dicotomia e dedicar-se na compreensão da relação sociedade-natureza.

Com a dicotomia (Geografia Física e Geografia Humana) nasce a dúplice função do geógrafo, ou seja, de um lado lida com

o tema das civilizações (junto com o antropólogo) e por outro com o tema do arranjo racional dos espaços (junto com o economista), o geógrafo distinguindo-se dos seus pares pelo foco do seu estudo na consideração do suporte físico (derivando daí conceitos como sítio, *habitat* e ecúmeno) das ações humanas (tema que então divide com o historiador), donde extrai suas

ilações e conhecimento. Em ambos os casos alarga-se e sedimenta-se a geografia do período iluminista. (MOREIRA, 2011, p. 15, grifos do autor).

O grande destaque deste período para a Geografia é a interdisciplinaridade, na busca de compreender a realidade por meio da relação sociedade – espaço, utilizando para esse fim dos conhecimentos antropológicos, economistas, ecológicos e sociais, para dominar os novos territórios e povos era preciso conhecer as ações humanas e extrair delas todo o conhecimento.

Essas informações levaram ao segundo momento da geografia, uma geografia de caráter científico, nasce no século XX, essa nova Geografia está permeada pelo determinismo ambiental, possibilismo, uma ciência focada em interpretar os fenômenos ocorridos no espaço de maneira totalizante e compreender a mundialização da indústria moderna com a intervenção do Estado, percebendo as transformações sociais e estruturais que compõem os territórios.

Com uma burguesia já consolidada propõe a expansão industrial projetada em escala mundial, a sua localização voltada para as regiões “despovoadas”, visando lucro diante da racionalização e organização do espaço segundo as necessidades de expansão para todas as partes do globo. Ao logo deste movimento presenciamos o resgate da teoria de La Blache da região, com a regionalização das cidades industriais, criação dos polos industriais, etc.

As indústrias seguiam o modelo de produção idealizado por Henry Ford (fordismo), o qual serviu de base para a inovada reestruturação produtiva do capital, o fordismo consiste em um sistema de produção pautado na racionalização de todo o ciclo produtivo, fundamentado em inovações tecnológicas e organizacionais com centralidade no consumo e produção em massa.

O ápice do fordismo deu-se no período 1945-1968, no entanto sua rigidez na organização industrial e sua ineficiência no mercado competitivo provoca seu declínio por volta dos anos 1970, diante da crise do petróleo e da entrada das indústrias japonesas no mercado automobilístico mundial, dando início ao modelo de produção utilizado pela Toyota, o denominado toyotismo.

O toyotismo é a “ideologia orgânica” do novo complexo de reestruturação produtiva do capital que encontra nas novas tecnologias da informação e comunicação e no sociometabolismo da barbárie, a materialidade sociotécnica (e psicossocial) adequada à nova produção de mercadorias (ALVES, 2011, p. 43, grifos do autor).

Este modelo de produção veio com a missão de “salvar” a economia, porque o fordismo não conseguia ser eficiente no processo de acumulação de capital, sendo assim surge um sistema de acumulação que se baseia na flexibilidade articulada ao controle do estoque,

evitando a perda de tempo na produção, maiores lucros e a criação de novos setores da produção.

Esse novo modelo de produção aparece como estratégia para a conquista de novos territórios, haja vista que o território japonês é composto por ilhas e relevo movimentado, sendo preciso expandir para outros territórios utilizando de novas tecnologias, fundamentado no novo imperialismo, na sobreacumulação, as indústrias japonesas chegam a Catalão (GO) na década de 1990 como é o caso da montadora de automóvel *Mitsubishi Motors*.

Ao refletir sobre estas características no mundo do trabalho percebemos o quanto esse processo de renovação nos padrões produtivo tem afetado e afeta a inserção de mulheres e homens no mercado de trabalho. Inovações tecnológicas no espaço produtivo exigem das trabalhadoras e trabalhadores maior capacidade produtiva, a incorporação da ideológica da força de trabalho polivalente, capacitado e flexível, requer total dedicação de todos/as.

Mantemos o posicionamento que o emprego para as mulheres é de importância para o processo de emancipação social das mesmas, trazendo consequências benéficas a toda sociedade e a empresa terceira, em contrapartida as condições de precarização do trabalho terceirizado revela a outra face – o da exploração e alienação que se colocam como barreiras para uma emancipação plena.

Os estudos das relações de gênero no mercado de trabalho tornam-se fundamentais para a compreensão da realidade das trabalhadoras e utilizamos a categoria mulheres para fazer referência às trabalhadoras que cotidianamente sentem as amarras do capital, mas não deve analisar as mulheres separadas dos homens, pois entendemos o conceito de gênero de maneira relacional (CISNE, 2012).

Esse movimento de inovações no modelo de produção de mercadorias teve como resultado a criação de uma nova classe, o precariado global, o qual consiste em milhões de trabalhadores/as espalhados pelo mundo, sem estabilidade, com os direitos trabalhistas achatados, sofrendo com as implicações do processo de flexibilidade instalado na organização do trabalho.

O novo precariado nasce do discurso neoliberal de alguns economistas, pregaram que o desenvolvimento econômico dependia da competitividade do mercado e todas as ações no mundo do trabalho deveriam ser executadas para maximizar a concorrência e a competitividade, ações voltadas para os princípios de mercado em todos os aspectos da vida cotidiana de todos/as que vivem do trabalho. O precariado global está “[...] sujeito a pressões e experiências que levam a uma existência precariada, de viver no presente, sem uma identidade segura ou um senso de

desenvolvimento alcançado por meio do trabalho e do estilo de vida” (STANDING, 2013, p. 37).

Destacam-se algumas dimensões na atual conjuntura, o salário acompanha a produção, o leva a mudanças na demanda, especialmente para baixo; o vínculo empregatício com a extinção das carreiras profissionais de longos anos, causando uma insegurança no emprego – tende-se a agravar com a aprovação do Projeto de Lei 030 de 2015, o qual visa à regulamentação da terceirização em território brasileiro.

Sabe-se que o processo de flexibilização chega ao Brasil por volta década de 1990, momento que a economia brasileira reagiu aos impactos da crise financeira mundial, ressurgem análises e proposições de políticas neoliberal em defesa da flexibilização do trabalho como a salvação das demissões praticadas pelo setor privado, situação volta a repetir no decorrer do ano 2015 com o debate no senado federal para a regulamentação da terceirização.

Alves (2011) entende a flexibilidade do trabalho

como sendo a plena capacidade de o capital tornar domável, complacente e submissa a força de trabalho, caracteriza o momento predominante do complexo de reestruturação produtiva é por isso que o debate sobre a flexibilidade é vinculado as características atribuídas ao chamado modelo japonês ou, mais precisamente, como ressaltaremos, ao modo “toyotista” de organização do trabalho e gestão da produção (ALVES, 2011, p. 19, grifos do autor).

A lógica da flexibilização perpassa o cotidiano da classe trabalhadora, tornando os/as trabalhadores/as mais inseguros/as no emprego, levando a competitividade em todos os segmentos da vida, capturando a subjetividade, uma jornada de trabalho extensa e com alto nível de rotatividade. Outro fator é a feminização do mercado de trabalho, por meio do discurso de ser um elemento positivo para a trabalhadora, por possibilitar a conciliação entre o trabalho principal e o trabalho doméstico, no entanto consisti em um intenso processo de precarização das relações de trabalho.

Há outras mudanças que perpassam o mercado de trabalho e conseqüentemente o território brasileiro com a produção do espaço em suas variadas escalas, as formas de organização do trabalho expressam na desproletarização, na informalização, nos contratos temporários, nos novos mecanismos de repressão e cooptação da força de trabalho, promovendo profundos rearranjos territoriais e conseqüentemente, redefinições espaciais, mexendo profundamente com a subjetividade de todos/as que vivem no mundo do trabalho.

Analisar como ocorre a produção espacial torna-se crucial para a compreensão da mercantilização da força de trabalho na atualidade, entender as diferentes escalas geográficas

que o capital percorre até obter seu objetivo no processo de expansão capitalista. A produção espacial faz parte da existência humana e cristaliza-se na relação Homem-Natureza, mediado pelo trabalho, o qual permite a criação de um produto e da sua reprodução enquanto trabalhador/a, inevitavelmente a produção do espaço (CONCEIÇÃO; LIMA, 2013).

As diferentes formas de trabalho apresentadas na vigência da renovação do sistema produtivo como o trabalho assalariado ou não, trabalho informal, trabalho temporário, trabalho terceirizado, etc., além da constante troca e deslocamento de trabalhadores/as de suas funções, são formas de mercantilização da força de trabalho.

Para Conceição e Lima (2013) a mercantilização da força de trabalho é

órfã de meios necessários a sua reprodução social, permite a apropriação de mais-valor do trabalho excedente dessa mercadoria. Porém, esse processo não é executado uma única vez, ou temporariamente, e ainda não se mantém sem seu domínio universal. O capitalista precisa tornar a apropriação do trabalho excedente, uma prática sistemática e estender a forma valor/trabalho às dimensões mais longínquas do planeta. Assim apropria-se não somente de capital variável, mas também de capital constante, imobilizando seu capital sobre o espaço na condição de meios de produção e engendrando um processo produtivo de valorização do valor (CONCEIÇÃO; LIMA, 2013, p. 12).

Então o capital apropria-se do trabalho excedente pela organização do trabalho diante a relação valor/trabalho, apodera-se do capital variável, do capital constante, cristalizando suas ações sobre o espaço absoluto na condição de meios de produção, buscando a efetivação do valor, ou seja, a ocupação do espaço não é realizada aleatoriamente, é combinada com a reprodução sociometabólica, com incentivos fiscais da parte do Estado.

Essas transformações são notáveis na cidade de Catalão (GO), por meio da instalação de instituições como; o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Serviço Social da Indústria (SESI), levando a modificações no processo de trabalho com chegada da montadora de automóvel *Mitsubishi Motor*, a qual influenciou/influencia na criação de empresas terceiras, a posição geográfica da cidade favorece na logística, possibilitando a circulação mais rápida das mercadorias pelas BR-050 e GO-330 e também as intervenções realizadas pelo Estado para garantir a perpetuação do capitalismo.

Percebe-se as transformações ocorridas no processo de acumulação de capital ao longo das últimas décadas sob a expansão do modo de produção capitalista remodelaram as relações de trabalho no espaço público e privado, de modo contraditório e desigual, uma das características desse processo é a redução do proletariado industrial e a criação de um novo

proletariado centralizado nas formas de flexibilização e precarização da força de trabalho, bem como o surgimento das empresas terceiras.

A fim de concluir os momentos que elegemos como fundamentais para a edificação da ciência geográfica e a consolidação do capitalismo como principal agente modificador da natureza com intermédio do trabalho. O último momento que destacamos é o movimento denominado de Renovação da Geografia que ocorreu após o III Encontro Nacional de Geógrafos (ENG) promovido pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) no ano de 1978 em Fortaleza (CE). A Geografia brasileira estava em ebulição motivada pelas críticas e as novas ideias e questionamentos de alguns geógrafos que estavam voltando do exílio na busca de compreender a realidade social nas décadas de 1960 em diante.

Este movimento constitui um marco para a ciência geográfica, por atribuir o caráter crítico advindo da teoria de Karl Marx, possibilitou o salto qualitativo na formação dos/as futuros/as profissionais. Moreira (2011) distingue este movimento de renovação em duas fases; a primeira está no período anterior e posterior ao encontro em Fortaleza, uma fase com mudanças mais efetivas, busca-se o sentido e significado do discurso geográfico “o que é, para que serve e para quem serve a geografia”. A outra fase configura-se a partir do final do ano 1980, fase de oficializar a Geografia como uma ciência crítica, alterando o ritmo e rumo.

Essa Geografia radical está fundamentada no materialismo histórico dialético elaborado por Marx e Engels nas últimas décadas do século XIX, eles tentaram entender as contradições sociais inerentes ao sistema de produção capitalista e a divisão da sociedade em classes.

A burguesia, minoria e dona dos meios de produção concentra a maior parte do capital em suas mãos; já o proletariado, a maior parte da população, é detentora de pouco ou quase nenhum recurso financeiro. Para a dialética marxista o mundo deve ser compreendido como dinâmico, em movimento, contraditório, histórico e a perspectiva da ciência é a transformação da realidade objetivando novas sínteses. Tais pensamentos chegam tardiamente no âmbito geográfico. Isto não significa que inexistiam anteriormente (COSTA; ROCHA, 2010, p. 36).

As ideias de Marx e Engels trouxeram grandes contribuições para a ciência geográfica, buscando por meio do movimento histórico a transformação da realidade da classe trabalhadora. Na década de 1970 o mundo presenciava alterações no estilo de produção que extrapola os muros da indústria, atingindo todos os segmentos da cotidiana em sociedade, e o pensamento marxista vai ao encontro das possíveis interpretações da realidade social.

Com o aprofundamento das questões sociais diante da acumulação de capital, das migrações do campo para as cidades, gerando posteriormente os grandes centros urbanos, das

infraestruturas oferecidas pelo Estado às corporações multinacionais e entre outros fatores foram decisivos para o pensamento de Marx e Engels permanesse na Geografia. Essa influência possibilitou uma nova orientação para os/as geógrafos/as em suas pesquisas acadêmicas e na ação política, busca-se romper com a herança do positivismo.

Diante dessas considerações a escolha de nosso método de análise justifica-se por uma escolha política, logo escolhemos o materialismo histórico dialético, pois a perspectiva marxista na Ciência nos fornece elementos fundamentais (lei da acumulação, lei da composição orgânica do capital, as leis da renda diferencial, etc.) para a compreensão de dada realidade. Este pensamento tem por base a relação produtiva na vanguarda com o desenvolvimento das forças produtivas, sendo os elementos fundantes de um modo de produção e, ao mesmo tempo, provocam a transformação dialética (GOMES, 1996).

Na prática a ideologia marxista nos possibilita nova atitude enquanto geógrafa pesquisadora das relações de trabalho e gênero, na análise crítica da realidade de nosso objeto de estudo que são as trabalhadoras de uma empresa terceira especializada na limpeza predial e conservação do ambiente de trabalho de outros/as trabalhadores/as localizada na cidade de Catalão (GO). A seguir pretende-se abordar reflexões sobre escolha e uso do método e de metodologias para atingir nossos objetivos dentro da pesquisa.

3 Marxismo na interpretação geográfica e metodologias decorrentes

Após o movimento de Renovação da Geografia o uso do marxismo na interpretação geográfica está presente nas pesquisas realizadas pelos geógrafos David Harvey e Yves Lacoste; no Brasil destaca-se Ruy Moreira e Milton Santos entre outros que percebem as contradições do sistema capitalistas, nas relações e conflitos vivenciados pela sociedade como um todo, na produção e reprodução dos territórios, na dinâmica cotidiana do campo ou na vida urbana.

Gomes (1996) considera que o materialismo histórico dialético é o método que

permite a passagem da imagem caótica do real para uma estrutura racional, organizada e operacionalizada em um sistema de pensamento. A primeira etapa deste método é, pois, a busca dos elementos essenciais comuns que estruturam o real [...]. A perspectiva marxista encontra no método materialista – histórico o instrumento capaz de projetar a percepção para além do fenomenológico, fazendo sobressair às verdadeiras essências escondidas atrás das aparências. A realidade última é, portanto, revelada por intermédio da razão, que reconhece, no movimento caótico da sociedade, os fatores fundamentais de sua organização e de seu desenvolvimento, [...] (GOMES, 1996, p. 281-282).

O materialismo histórico dialético ou marxismo nos fornece elementos para desvendar a realidade de nosso objeto de estudo, partindo do geral (o mercado de trabalho) para o singular (a feminização do mercado de trabalho) e após análise volta-se para o geral com um olhar sobre as causas e consequências do processo de acumulação capitalista, como esse movimento é possível enxergar a verdadeira essência escondida atrás da aparência.

Fatos como a pobreza, miséria e as desigualdades sociais, o desemprego, etc. manifestam-se de maneira escancarada para toda a sociedade, sendo notórios esses problemas a Geografia e o saber geográfico.

Passou-se a compreender o homem como ser social e as relações políticas e econômicas são introduzidos no debate com o objetivo de compreender as profundas desigualdades espaciais existentes. O materialismo histórico e dialético diz respeito às contradições da realidade, a concepção de mundo e de movimento que o pesquisador possui, deve ser radical e ter por finalidade a transformação da realidade (COSTA; ROCHA, 2010, p. 39).

A função do/a geógrafo/a pesquisador/a é buscar entender a essência oculta nas relações sociais construídas ao longo da História humana, para isso é preciso ter preocupação com o método a ser utilizado no desenrolar da pesquisa, pois o método é o caminho a ser seguido e as metodologias são as ferramentas, escolhemos o materialismo histórico dialético por suas características contemplar as contradições presentes no cotidiano das trabalhadoras terceiras.

Quando propõem realizar uma pesquisa qualitativa temos que ter em mente o significado do termo *qualitativo*, pois este “[...] implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível [...]” (CHIZZOTTI, 2003, p. 221). O/A pesquisador/a deve estar sensível aos fenômenos e buscar interpretá-los com perspicácia e rigor científico.

Assim como a construção do conhecimento geográfico a pesquisa qualitativa também tem sua trajetória marcada por cinco grandes momentos, o primeiro consiste na sua origem por estar diretamente ligada ao Romantismo e ao Idealismo no findar do século XIX; o segundo momento teve a influência dos estudos sócio-culturais da época, os quais tinham como foco entender como era a convivência em sociedade, partilhando experiências cotidianas, obtendo sucesso nas pesquisas até a primeira metade do século XX.

Com a II Guerra Mundial há mudanças nas relações sociais o que reflete na pesquisa qualitativa e está consolidada-se como um modelo a ser seguido na academia por reelaborar alguns conceitos como; objetividade, a validade e a fidedignidade junto com o objeto de estudo, assim

como a finalidade da pesquisa que por meio da formulação nova e de uma análise rigorosa nos estudos propostos.

Assim como ciência geográfica a pesquisa qualitativa sofreu influências dos acontecimentos pós-II Guerra Mundial e da década de 1970 e 80, o capital preocupado em expandir para outros territórios faz usos de investimentos públicos e privados em pesquisas – a exemplo de Henry Ford ao enviar psicólogos nas residências de seus trabalhadores. Os investimentos levaram ao surgimento de novas orientações e novos modelos para a interpretação da realidade, possibilitando uma mudança na interpretação dos resultados e na prática política do/a pesquisador/a.

A lógica capitalista perpassa todos os aspectos da vida em sociedade, não é diferente quando propõem-se pesquisar as relações sociais, em especial quando delimitamos em estudar as relações de trabalho no contexto da flexibilização e das consequências advindas da reestruturação produtiva que levou aos eventos da década de 1990 no Brasil com a participação total do Estado nas ações do capital. O último momento da pesquisa qualitativa limita-se neste cenário e estende até os dias atuais, eventos que abriram caminhos para a territorialização do capital estrangeiro em solo brasileiro.

Segundo Chizzotti (2003) a pesquisa qualitativa nos decorrer do século XXI recobre um campo transdisciplinar, pois envolve tanto as ciências humanas e sociais, fundamentando em tradições ou múltiplos modelos de análise, sejam eles positivistas, da fenomenologia, da hermenêutica, do marxismo, da teoria crítica ou do construtivismo; utilizando de inúmeras metodologias e métodos de investigação.

Destacam-se algumas metodologias a ser utilizada na pesquisa com as trabalhadoras da empresa terceira, nossa preocupação central é agrupar elementos do cotidiano dessas mulheres que saem de seus lares e são inseridas no mercado de trabalho, geralmente em trabalhos precários e desvalorizados. A pesquisa qualitativa nos remete a práticas diversas seja com a coleta de dados na pesquisa de campo ou na síntese dos conceitos e categorias na pesquisa teórica e no levantamento de informações complementares na pesquisa documental.

A grande contribuição da pesquisa qualitativa a pesquisa social está na oposição ao uso exclusivo da pesquisa quantitativa ou estatística na elaboração dos resultados, pois quando o/a pesquisador/a fica envolvido só com os números o fruto de sua análise tem uma visão uniforme das necessidades e uma percepção administrativa dos problemas de pesquisa. Uma proposta fundamentada na pesquisa social tem o foco não só nos problemas sociais e nas práticas

institucionais, mas visa reconhecer os problemas e suas causas e propor também soluções ou estratégias de intervenção (GROULX, 2008).

No intuito de atender nossos objetivos temos por metodologias: aplicação de questionários para traçar o perfil de nossos sujeitos de pesquisa, a entrevista semi-estruturada com o foco de recolher informações orais para melhor compreensão da realidade de cada sujeito, a observação participante tem a centralidade em anotar informações e percepção durante a realização do campo, sendo necessário o uso do diário de campo dentre outras ferramentas que nos auxiliam na compreensão do cotidiano das trabalhadoras terceirizadas.

Pode variar as orientações filosóficas e epistemológicas que direcionam a pesquisa qualitativa, mas nos optamos pelo método marxista por suas categorias de análises que são concebidas por meio de um raciocínio, o qual desenvolve um conjunto de pares dialéticos decisivo na interpretação do real.

Marx em seus escritos introduz a razão histórica e materialmente determinada, ao contrário do idealismo que observa a realidade como produto da razão absoluta,

o marxismo afirma que o sujeito do conhecimento, historicamente determinado e contextualizado socialmente, é capaz de ser apreendido pela ciência a partir das categorias essenciais que o envolvem: a produção, a reprodução, o consumo, a troca, a propriedade, o Estado, o mercado e as classes sociais (GOMES, 1996, p. 282).

Usa-se da estatística na pesquisa social para a contabilização de alguns dados como salário, proporção de trabalhadores/as no mercado de trabalho, das horas de trabalho seja ele remunerado ou não, são fenômenos que podem ser classificados e organizados em tabela ou gráficos. Mais que uma simples coleta de dados o procedimento qualitativo traz

um novo questionamento permitindo reconceituar às problemáticas sociais. Devido a um questionamento centrado mais nos processos do que nas causas, mais nas estratégias do que nas variáveis, mais nas representações do que nas determinantes, a pesquisa qualitativa impõe um distanciamento das categorias administrativas, e, por vezes, o seu reexame (GROULX, 2008, p. 102).

O estudo qualitativo em boa parte dos casos apresenta uma indagação diante da divisão entre a cultura institucional e profissional, do vivido da sociedade com a problemática, preocupa com as causas e também com as possíveis soluções. Em nosso estudo com as trabalhadoras terceiras utilizamos de questionários, de entrevistas semi-estruturadas e da observação participante, ferramentas que nos possibilita maior compreensão do cotidiano delas, e nossa ação enquanto pesquisadora está em adotar uma postura que leva a reconhecer os diferentes

pontos de vista, mas contestando as formas de exploração pautadas na superexploração do trabalho e na submissão.

4 Considerações finais

O papel do/a geógrafo/a na sociedade diante da relação Homem – Natureza é uma relação complexa e interdisciplinar, onde por meio das análises temporais, espaciais e sociais o/a profissional colabora com a construção do pensamento geográfico, apoiando-se no empírico para o fortalecimento do social.

A ciência geográfica procura estudar os fenômenos físicos que acontecem na superfície e no interior da Terra, e os fenômenos sociais na relação Homem-Natureza e para isso utiliza-se de cinco categorias que estrutura a análise geográfica como o espaço, território, região, lugar e paisagem.

Após a década 1960 a Geografia assumiu o discurso da denúncia, diante do processo de urbanização, das crises econômicas, da pobreza, das crescentes desigualdades sociais apresentadas neste período, às pesquisas geográficas indicavam por meio dessas denúncias realizadas por acadêmicos e estudantes que a população brasileira passava/passam por situações precárias.

Tem-se no imaginário da Sociedade que o papel do/a geógrafo/a é somente a elaboração e manuseio de mapas, quando nos referimos ao professor de Geografia é somente a sala de aula, mas a atuação do/a profissional vai muito além dos muros escolares, perpassa por todo o contexto social, pela participação política.

Logo, a posição social do/a pesquisador/a influência de maneira decisiva nos resultados da pesquisa qualitativa, é preciso haver uma transcrição objetiva e clara da realidade que acontece no espaço geográfico, e tudo que se insere dentro do espaço é de estudo do/a geógrafo/a, busca-se a totalidade dos fenômenos.

Como podemos perceber ao longo das reflexões apresentadas é importante frisar que o comportamento do/a pesquisador/a perpassa por uma escolha política, a ação do/a geógrafo/a pode ajudar a sociedade a emancipar-se e a ter melhores condições de vida ou pode representar um atraso e prejuízo para uma geração.

A grande contribuição do marxismo para as pesquisas geográficas está em despertar a análise crítica sobre a relação Homem – Natureza, dando mais ênfase após a década de 1970 com os inúmeros movimentos sociais que pretendiam melhores condições de vida. Percebemos

na atualidade as profundas desigualdades sociais advindas do capitalismo e por meio das categorias do marxismo geógrafos/as tem buscado elaborar pesquisas acadêmicas.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.
- CHIZZOTTI, Antônio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.
- CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 1. ed. São Paulo: Outras expressões, 2012.
- CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz; LIMA, Lucas Gama. **A produção do espaço e da escala pelo capital**. 2013.
- COSTA, Fábio R. da; ROCHA, Márcio M. Geografia: conceitos e paradigmas-apontamentos preliminares. **Revista Geomae**, v. 1, n. 2, p. 25-56, 2010.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- GROULX, Lionel-Henri. Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 95-124.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 21. ed. São Paulo: Loyola, 2011.
- MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- RODRIGUES, Auro de Jesus. **Geografia**: introdução à ciência geográfica. São Paulo: Avercamp, 2008.
- SANTOS, Milton. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. 5. ed. São Paulo: USP, 2009.
- STANDING, Guy. **O precariado**: a nova classe perigosa. Tradução: Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.